

## **Consumo de psicoativos e saúde pública: variáveis envolvidas**

Rafael Guimarães dos Santos

### **Resumo**

O presente trabalho trata do consumo contemporâneo de substâncias psicoativas. O objetivo da pesquisa é o de criticar o modelo político predominante, que é repressivo e proibitivo. Consumir substâncias psicoativas tornou-se sinônimo de patologia, desequilíbrio mental, imoralidade e fraqueza de espírito. A complexidade do assunto, que envolve inúmeras variáveis, é menosprezada pela perspectiva atual, prejudicando, ao invés de contribuir, a compreensão desse fenômeno. Verifica-se a necessidade de uma abordagem bio-psico-social e de novas formas para se lidar com esta questão.

**Palavras-chave:** Psicoativos; saúde pública; rituais.

Endereço para correspondência:

Rafael Guimarães dos Santos

E-mail: [banisteria@gmail.com](mailto:banisteria@gmail.com)

## **Introdução**

### *Modelos E Perspectivas*

O presente trabalho tem como principal objetivo chamar a atenção para uma abordagem mais completa e real do fenômeno do consumo de substâncias psicoativas e, com isso, ampliar a abordagem da saúde pública relacionada com este tema. Lidando-se com esta questão de maneira mais honesta e fidedigna à sua real complexidade, profissionais, pesquisadores e agentes de saúde têm maiores possibilidades de manejar eventuais problemas associados com o consumo destas substâncias.

Substâncias psicoativas são quaisquer substâncias químicas, naturais ou sintéticas, proscritas ou não, que alteram o comportamento, o humor e a cognição, agindo preferencialmente nos neurônios, afetando o Sistema Nervoso Central (SNC) (Secretaria Nacional Antidrogas, 2004). O uso contemporâneo destas substâncias tem sido contemplado, sobretudo, sob uma perspectiva proibicionista, repressiva e limitada. Algumas diretrizes deste projeto de repressão total são a não consideração dos aspectos psicológicos e socioculturais envolvidos e a centralização do discurso e da prática na substância. Este modelo, centrado na tríade “policial-medicamento-periculosidade”, costuma ignorar o fato de que o usuário é um indivíduo, com motivações, capacidade de discernimento e opção (Bucher, 1996). Este artigo pretende contribuir com esta discussão ao enfatizar a importância de uma abordagem completa do fenômeno, ou seja, bio-psico-social.

### *Panorama*

O uso de psicoativos é uma prática comum não só aos humanos, mas também a outros animais. Existem evidências do uso intencional de psicoativos por formigas, mariposas, gatos, galinhas, cavalos, vacas, ovelhas, porcos, morcegos, esquilos, antílopes, veados, tigres, elefantes, ursos, javalis, orangotangos, gorilas e outros animais (Samorini, 2002). Especula-se, inclusive, que certos grupos humanos teriam começado a utilizar psicoativos a partir da observação deste comportamento por parte de outros animais. Povos siberianos teriam descoberto as propriedades psicoativas do cogumelo *Amanita muscaria* observando o comportamento de renas que comiam este fungo, e nativos do Congo e do Gabão teriam descoberto os efeitos alucinógenos da iboga (*Tabernanthe igoga*) observando javalis que ingeriam a planta (Samorini, 2002).

Nesta perspectiva, o comportamento humano de buscar alteração da consciência, seja com psicoativos ou não, seria um impulso inato, assim como nos demais animais, análogo à fome ou impulso sexual e não uma patologia. Tal prática poderia ser explicada inclusive em termos evolutivos, onde o estado alterado produzido por certos psicoativos permitiria que instintos rígidos fossem transpostos permitindo que novos comportamentos fossem aprendidos e passados para os descendentes. Além disso, psicoativos afrodisíacos aumentariam a proporção de cópulas, fazendo com que os genes fossem transmitidos para um maior número de indivíduos.

Entre seres humanos, existem evidências do uso de psicoativos que datam de 60 mil anos, sendo este comportamento registrado na África, Ásia, Austrália, Europa e Américas (Samorini, 1999; Schultes & Hofmann, 2000). O uso de alucinógenos com finalidades mágico-religiosas e terapêuticas, por exemplo, possui registros muito antigos, como aqueles de usos das sementes de *Sophora secundiflora* (8440-8120 a.C.) (Furst, 1994) e da ayahuasca, uma preparação psicoativa feita com diferentes espécies

de trepadeiras da família Malpighiaceae, do gênero *Banisteriopsis* (2000-1500 a.C.) (McKenna, 2002).

Estudos indicam que entre os séculos XIV e XVII, na Europa, curadores tradicionais, sobretudo mulheres, foram perseguidos pela Inquisição por realizarem curas utilizando psicoativos com propriedade alucinógenas (por ex., plantas da família Solanaceae, como espécies do gênero *Brugmansia*) (Grob, 2002; Harner, 1976). No continente americano, à época das conquistas (séculos XV e XVI), o uso indígena de uma ampla farmacopéia alucinógena – cactos, cogumelos, sementes – foi vista como idolatria e perseguida violentamente. A partir do século XVIII, a medicina apagou as plantas alucinógenas dos herbários, especialmente a maconha (*Cannabis sp.*), tidas como plantas “do sonhar” e “de perder o juízo”. O consumo de tais substâncias era tratado com censura, coerção e condenação moral, demonstrando o poder da medicina em construir a sociedade e seus valores (Carneiro, 2002).

Essa atitude repressiva possui raízes muito antigas, mas seu implemento em escala mundial é um fenômeno recente, do século XX. Nesta perspectiva, no século XIX deu-se a construção sócio-médica da categoria “dependência”, e no século XX a de “regime proibicionista” (Carneiro, 2006). Certas substâncias só foram proibidas em grande parte do mundo no fim do século XX, como o LSD, em 1966, e o MDMA, ou “ecstasy”, em 1986 (Carneiro, 2005).

### **Variáveis envolvidas no consumo de psicoativos**

#### *Esfera Biológico-química*

Ao se pesquisar o consumo de substâncias psicoativas, sejam elas provenientes de fungos, vegetais, animais ou de origem sintética, acaba-se desenvolvendo uma relação com as ciências biológicas e químicas. Nesta relação, podem ser conquistados benefícios tanto para estas ciências como para as demais áreas de conhecimento envolvidas: antropologia, sociologia e ciências das religiões, principalmente:

- Saber identificar ou ao menos conhecer o nome científico das espécies que produzem o psicoativo através da botânica, zoologia e micologia, e saber como, onde, porque e por quem são feitos estes usos, através da etnobotânica, etnozootologia e etnomicologia, permite, em primeiro lugar, uma aproximação entre pesquisadores acadêmicos e “nativos”. E, em segundo lugar, através do intercâmbio de conhecimentos entre diferentes áreas de pesquisa, um maior diálogo tanto dos pesquisadores de diferentes áreas entre si como dos “nativos” com a comunidade acadêmica estimulando-os a participar ativamente nas esferas onde seus conhecimentos estão sendo estudados.
- Auxílio aos pesquisadores em campo – sejam eles antropólogos, biólogos ou etnofarmacólogos – a identificar espécies com propriedades químicas semelhantes, verificando a existência, por exemplo, de famílias vegetais com um grande número de espécies alucinógenas (Solanaceae, por exemplo), e, através disto, possibilitando a realização de extrapolações teóricas sobre o papel destas espécies em diferentes contextos socioculturais.
- Obter conhecimentos sobre as disciplinas corporais que envolvem o consumo de psicoativos, como, por exemplo, as dietas alimentares e/ou sexuais antes de se ingerir a substância; a dieta dos indivíduos durante os efeitos; verificação de outras substâncias psicoativas quando utilizadas juntamente com aquela primeira; as condições físicas dos indivíduos (peso, saúde geral).

- Lançar luzes sobre a própria natureza dos efeitos destas substâncias, dadas as eventuais alterações bioquímicas produzidas por diferentes disciplinas (corporais, alimentares, etc) (Dobkin de Rios, 1972; Luna, 1986).
- De um ponto de vista farmacológico, isolar, descobrir a estrutura química dos psicoativos e sintetizá-los, também são maneiras de se compreender melhor os efeitos e usos de uma substância, pois seu desenho molecular é diretamente relacionado aos seus efeitos. Daí pode-se hipotetizar que substâncias químicas com estrutura e efeitos semelhantes poderiam ser usadas, nas mais diversas culturas, com finalidades similares (por ex., várias plantas e fungos que possuem substâncias psicoativas com estrutura química [núcleo indólico] e efeitos [alucinógenos] similares são utilizados em rituais mágico-religiosos). Além disso, conhecer qual a concentração, modo de preparo e via de administração utilizada, também pode aumentar o conhecimento sobre os efeitos de diferentes substâncias psicoativas.

No caso que nos interessa, que é uma maior compreensão do fenômeno do consumo de psicoativos e sua relação com a saúde pública, os conhecimentos biológico-químicos enriquecem a abordagem do assunto, pois tais fatores, além de serem essenciais, permitem a construção de estratégias para se lidar com prevenção, tratamento, dependência e abuso destas substâncias, pois permitem o aumento dos conhecimentos sobre o tema e acabam por incorporar as experiências dos próprios usuários.

*Esfera Psicológico-cognitiva*

Segundo MacRae & Simões, quando alguém consome um psicoativo, por qualquer razão que seja, suas experiências imediatas e subseqüentes são influenciadas por seus sentimentos, idéias e crenças sobre este ato (MacRae & Simões, 2000). Tal afirmação é corroborada por diferentes autores, principalmente aqueles envolvidos em pesquisas sobre alucinógenos, onde tal uso é cercado por preparações pessoais, cuidados com o ambiente onde este uso será realizado e regras rituais (Leary, Metzner & Alpert, 1964/1995; Metzner, 2002).

Ao se pesquisar em profundidade o uso de psicoativos torna-se cada vez mais evidente a relevância de se considerar a história de vida do indivíduo, suas impressões sobre experiências anteriores com psicoativos, suas motivações, atitudes, expectativas, humor e personalidade. Os recentes avanços em psicobiologia, psicofarmacologia, neuropsiquiatria e neuropsicologia, têm tornado cada vez mais ultrapassada a separação entre o biológico-químico-cerebral e o psicológico-mental, tanto que já se fala na “bioquímica da mente”. Logo, falar em personalidade e humor como fenômenos estritamente psicológicos não é prudente. As esferas biológico-química e psicológica tornam-se, muitas vezes, inseparáveis.

Neste sentido, as disciplinas corporais, praticadas em alguns grupos indígenas para se ingerir alucinógenos, por exemplo, podem desencadear mudanças metabólicas significativas, que alterariam, também, a mente do indivíduo, dificultando uma possível separação entre estas esferas. Assim, as concepções modernas de mente e de suas relações com psicoativos se aproximam das elaborações de alguns grupos indígenas, como os Machiguenga, do Peru, onde categorias como “veneno”, “toxicidade física”, “efeitos mentais” e “transcendência espiritual” fazem parte de uma só experiência e de um mesmo conceito, *kepigari*, que deriva da raiz verbal *-piga*, “estar intoxicado ou envenenado” (Shepard, 2005).

Dados provenientes de diferentes contextos tradicionais e de observações de várias pesquisas – de campo e laboratório – enfatizam a necessidade da preparação psico-corporal do indivíduo que irá ingerir o psicoativo, da pessoa que irá administrar a substância e do ambiente físico associado a este consumo, para que a experiência tenha maiores possibilidades de ocorrer de forma otimizada (Labate & Goulart, 2005; Strassman, 2001). Neste sentido, antropólogos observaram que membros de cultos que utilizam a ayahuasca, por exemplo, podem ficar três dias antes do consumo e três dias depois deste sem consumir bebidas alcoólicas, certos alimentos e também em abstinência sexual. Este jejum anterior ao consumo do psicoativo prepara o sujeito física e mentalmente para a experiência, e o jejum posterior pode auxiliar na absorção do conteúdo da experiência.

Em relação ao ambiente, os símbolos utilizados podem influenciar positiva ou negativamente a experiência do indivíduo com o psicoativo, dependendo, sobretudo, das relações destes símbolos com o sistema de valores e crenças das pessoas envolvidas. Música, odores, alimentos, vestimentas, luzes e outros estímulos podem estruturar ou desestruturar tal experiência (Grof, 2001). No caso do culto do Santo Daime, uma religião que utiliza a ayahuasca como sacramento, a música, as vestimentas e uma estrutura simbólico-social caracterizada pela ordem permitem que os indivíduos experimentem os efeitos do psicoativo de maneira relativamente segura (MacRae, 1999a). A bebida costuma ser servida em momentos específicos, em dosagens específicas e os dirigentes enfatizam a disciplina durante o ritual. No caso destas variáveis, vê-se um claro relacionamento entre estas, a esfera sociocultural e mesmo a esfera biológico-química.

Em essência, mente, corpo e sociedade mostram-se profundamente integrados, sendo cada vez mais difícil separá-los para se compreender o consumo de psicoativos

em toda sua complexidade. Aliás, não é aconselhado fazê-lo, correndo o risco de se fazer uma análise simplista do fenômeno.

### *Esfera Sócio-cultural*

No já citado trabalho de MacRae & Simões, encontramos referências sobre as pesquisas realizadas por Norman Zinberg. Este pesquisador chamou a atenção para a importância de fatores culturais – valores, regras de conduta e padrões comportamentais estilizados – envolvidos no uso controlado dos psicoativos. Estes fatores indicariam se e como certa substância deveria ser usada; métodos para sua aquisição e consumo; escolha do meio físico e social para o uso; atividades associadas ao consumo; e maneiras de se evitar e lidar com possíveis efeitos negativos.

De maneira semelhante, Becker (1963) demonstrou, pesquisando consumidores de *Cannabis*, a relevância da cultura que se desenvolve durante a “carreira” de consumo de psicoativos, que permite a transmissão de conhecimentos empíricos entre os usuários sobre as melhores maneiras de se apreciar os benefícios e de se evitar os efeitos indesejados. No curso desta “carreira”, as pessoas vão aprendendo a conhecer os efeitos da substância, bem como as regras envolvidas no consumo. Para o pesquisador, seria neste percurso que se desenvolveriam a disposição ou motivação para o uso de psicoativos. Esta rede social de interações que o consumidor de psicoativos se vê inserido exerce influência significativa sobre os efeitos destas substâncias, tanto num nível psicológico quanto biológico-químico, assim como sua estrutura de vida (atividades regulares, relações pessoais, obrigações sociais e afetivas) e a disponibilidade adequada das substâncias (que evitaria que a aquisição do psicoativo se

tornasse o único foco de interesse do usuário, além de evitar o contato deste com traficantes e afins) (MacRae, 2004).

Fatores sócio-culturais, mais que os psicológicos e biológico-químicos, se relacionam estreitamente com os aspectos históricos de cada grupo-contexto particular. Cada grupo social e, por consequência, cada indivíduo deste grupo, compartilha um sistema simbólico que é aprendido desde a infância. Tal sistema simbólico compartilhado acompanha as várias vivências destes grupos e de seus indivíduos, inclusive durante o consumo de psicoativos. Em muitas culturas, aliás, o consumo destas substâncias é tido como um dos principais momentos da vida do indivíduo. Muitas vezes a passagem para a vida adulta ocorre com a realização de ritos de passagem envolvendo o consumo de psicoativos, onde o sistema simbólico é vivenciado de forma muitas vezes dramática, com experiências que podem ser descritas como “experiências de quase-morte”. A iniciação de curandeiros em várias culturas é realizada através do consumo intenso de psicoativos e o uso constante destas substâncias permanece como fator primordial nas práticas curativas/ espirituais do novo curandeiro (Echeverri & Pereira, 2005; Wright, 2005). Em outras culturas, o consumo de psicoativos está profundamente relacionado com os processos de formação da identidade étnico-social, como, por exemplo, entre algumas tribos indígenas que consomem a ayahuasca (Da Mota, 2005).

Nos casos de usos ritual-religiosos de psicoativos, como ocorre, por exemplo, nas instituições religiosas que consomem a ayahuasca (principalmente no Brasil), nos grupos indígenas que utilizam o cacto peiote (Estados Unidos e México) e nos cultos Buiti que utilizam a iboga (Guiné Equatorial, República dos Camarões, Congo e Gabão), a eficácia destes controles sócio-culturais mostra-se bastante evidente. Boa parte destes grupos utiliza substâncias psicoativas poderosas, como a dimetiltriptamina

(DMT), a mescalina, a psilocibina, a ibogaína, a atropina e muitas outras. No entanto, dada a estrutura do grupo, muitas vezes rígida, com a presença de guias/ sacerdotes/ mestres e “fiscais” (como no caso do Santo Daime), o uso destas substâncias tem se mostrado relativamente seguro (Labate & Araújo, 2004; MacRae, 1992). Nestes contextos, as regras e sanções informais, juntamente com as disciplinas corporais e comportamentais, têm mostrado, além de um uso controlado e estruturador destas substâncias, independência dos controles externos oficiais (judiciais, policiais, médicos) (Goulart, Labate & Carneiro, 2005; MacRae, 1999b).

### **O modelo repressivo-proibitivo, a abordagem bio-psico-social e a saúde pública**

O atual modelo para se lidar com o consumo de psicoativos seguido por boa parte dos países do mundo, inclusive o Brasil, possui, de maneira geral, caráter repressivo-proibitivo. Normalmente, prega a abstinência total quanto aos psicoativos classificados como ilícitos por estes países. Este modelo, além de tratar o usuário como um criminoso, doente, imoral, “fraco de espírito” e incapaz de impor sua vontade contra a substância psicoativa, torna o indivíduo sujeito a violências sociais, físicas e morais, impedindo que este exerça sua liberdade sobre sua consciência e sobre seu próprio corpo.

Além de antidemocrático, o modelo repressivo-proibicionista trata a questão do consumo de psicoativos como um assunto de polícia, ignorando e menosprezando as variáveis bio-psico-sociais envolvidas no tema, não levando em consideração os direitos humanos dos usuários e o conhecimento que estes adquirem na subcultura dos psicoativos.

Os aspectos sociais, culturais e de saúde não costumam receber a devida atenção ou são omitidos por completo nesta abordagem; as determinações sociais da saúde/doença e o papel da medicina como produção social não são levados em conta; o psicoativo é concebido única e exclusivamente no seu aspecto médico-farmacológico, ao invés de ser visto em sua total complexidade, com significados psíquicos e culturais; o universo afetivo-existencial do usuário, suas preocupações, ênfases, anseios e pensamentos sobre os psicoativos não são considerados variáveis importantes para o modelo repressivo-proibitivo; opiniões, crenças, atitudes, percepções correntes dentro de um grupo específico de usuários de uma substância específica, suas normas de conduta quando do uso do psicoativo etc, nada disso é visto com a devida atenção pela perspectiva atual e isso reflete na elaboração e aplicação de programas de saúde pública voltados para usuários de substâncias psicoativas (MacRae, 1999c).

Já a abordagem bio-psico-social, de caráter predominantemente, mas não necessariamente, qualitativo, incorpora em suas análises e práticas – além dos itens citados acima – estudos baseados em observações diretas (etnografia); estudos baseados em informantes chaves; a valorização dos significados atribuídos pelos usuários tanto em relação aos psicoativos quanto à persistência de uso destas substâncias; o estilo de vida destas pessoas; suas idiossincrasias sócio-culturais; suas expectativas em relação aos efeitos dos psicoativos; o conhecimento das melhores maneiras de se usar determinados psicoativos, ou seja, a otimização dos efeitos buscados e a diminuição dos riscos associados a este uso; sua história de vida.

Este tipo de perspectiva costuma incorporar a técnica da observação participante, ou seja, aquela que pressupõe a ida do pesquisador ao campo e o estabelecimento de relações pessoais com os sujeitos através de uma participação direta e integral na sua vida cotidiana e no seu meio cultural, onde o observador deve procurar, na medida do

possível, despojar-se de seus signos mais obstrutivos e aprender o linguajar e as normas de convivência social de seus sujeitos.

O enfoque detalhista sobre o cotidiano dos sujeitos de pesquisa, que requer uma imersão no campo e uma convivência prolongada com os sujeitos, permite a compreensão da organização social e do conjunto de regras formuladas ou implícitas nas atividades do grupo. Nesta abordagem, o envolvimento do entrevistador torna-se a condição de aprofundamento da pesquisa, onde ele poderá coletar dados através de variados procedimentos (entrevistas abertas individuais ou em grupo, por exemplo) e, assim, colaborar e oferecer sugestões para programas de saúde pública mais especializados (normatização, prevenção de conseqüências indesejáveis, tratamento), tanto em relação a psicoativos específicos quanto a grupos humanos particulares. Estes métodos têm mostrado uma maior quantidade e qualidade de informação (MacRae, 1999c).

### **Conclusões e sugestões**

A simples proibição do consumo de certos psicoativos e a excessiva tolerância em relação a outros (sobretudo o etanol e a nicotina) geram mais efeitos adversos do que os psicoativos em si: tráfico; violência; dificuldade na construção de vínculos de confiança entre os trabalhadores de saúde e os usuários de drogas; exclusão social; desperdício de dinheiro público em penitenciárias superlotadas e no combate massivo ao simples uso de várias substâncias.

Grande parte destes “efeitos colaterais” decorre da persistência de se ignorar as múltiplas variáveis envolvidas no consumo de psicoativos. Assim sendo, os programas de saúde pública baseados nesta visão do fenômeno e executados em escala nacional e

mesmo internacional estão fadados ao fracasso. Cada substância tem suas particularidades e cada grupo humano também, resultando numa enorme variedade de usos, práticas e concepções, que devem ser devidamente consideradas.

As ciências biomédicas e as humanas devem se relacionar cada vez mais, englobando os diferentes níveis da realidade humana: biológico, psicológico, social e cultural. A incorporação dos saberes dos usuários e a valorização das análises qualitativas só têm a contribuir para os estudos epidemiológicos e quantitativos. Assim, sugere-se que o fenômeno do consumo de psicoativos seja tratado em toda sua complexidade.

## Referências

- Becker, H. S. (1963). *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- Bucher, R. (1996). *Drogas e Sociedade nos Tempos da AIDS*. Brasília, DF: Ed. UnB.
- Carneiro, H. (2002). *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã.
- Carneiro, H. (2005). A odisséia psiconáutica: a história de um século e meio de pesquisas sobre plantas e substâncias psicoativas. Em B. C. Labate & S. L. Goulart (Orgs.), *O uso ritual das plantas de poder* (pp. 57-81). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Carneiro, H. (2006). A fabricação do vício. NEIP (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos). Disponível em: [http://www.neip.info/downloads/t\\_hen1.pdf](http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf).
- Da Mota, C. N. (2005). Jurema e identidade: um ensaio sobre a diáspora de uma planta. Em B. C. Labate & S. L. Goulart (Orgs.), *O uso ritual das plantas de poder* (pp. 219-237). Campinas: Mercado de Letras.
- Dobkin de Rios, M. (1972). *Visionary Vine: Hallucinogenic Healing in the Peruvian Amazon*. Illinois: Waveland Press, Inc.
- Echeverri, J. A. & Pereira, E. (2005). “Mambear coca não é pintar a boca de verde”: notas sobre a origem e o uso ritual da coca amazônica. Em B. C. Labate & S. L. Goulart (Orgs.), *O uso ritual das plantas de poder* (pp. 117-185). Campinas: Mercado de Letras.
- Furst, P. (1994). *Alucinógenos y cultura*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Goulart, S. L., Labate B. C. & Carneiro, H. (2005). Introdução. Em B. C. Labate & S. L. Goulart (Orgs.), *O uso ritual das plantas de poder* (pp. 29-55). Campinas: Mercado de Letras.

- Grob, C. S. (2002). Psychiatric research with hallucinogens: what have we learned? Em C. S. Grob (Ed.), *Hallucinogens: a reader* (pp. 263-291). New York: Tarcher/Putnam.
- Grof, S. (2001). *LSD psychoterapy*. Florida: Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies.
- Harner, M. J. (1976). El rol de las plantas alucinogênicas en la brujería europea. Em M. J. Harner (Ed.), *Alucinógenos y chamanismo* (pp. 138-160). Madrid: Punto Omega.
- Labate, B. C. & Araújo, W. S. (Orgs.) (2004). *O uso ritual da ayahuasca* (2ª ed.). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Labate, B. C. & Goulart, S. L. (Orgs.) (2005). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Leary, T., Metzner, R. & Alpert, R. (1995). *The Psychedelic Experience: a manual based on the Tibetan Book of the Dead*. New York: Citadel Press. (Original publicado em 1964).
- Luna, L. E. (1986). *Vegetalismo: shamanism among the mestizo population of the Peruvian Amazon*. Stockholm: Almqvist and Wiksell International.
- MacRae, E. (1992). *Guiado pela Lua: Xamanismo e uso ritual da ayahuasca no culto do Santo Daime*. São Paulo: Brasiliense.
- MacRae, E. (1999a). O uso do Ayahuasca nos rituais de cura do Santo Daime. Em A. Bião & C. Greiner (Orgs.), *Etnocologia – textos selecionados* (pp. 109-118). São Paulo: Annablume.
- MacRae E. (1999b). The ritual and religious use of Ayahuasca in contemporary Brazil. Em W. Taylor, R. Stewart, K. Hopkins & S. Ehlers (Orgs.), *DPF XII Policy Manual* (pp. 47-50). Washington: The Drug Policy Foundation Press.
- MacRae E. (1999c). Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. Em L. A. Tavares, A. R. B. Almeida, E. MacRae, O. S. Ferreira & cols. (Orgs.), *Drogas:*

*tempos, lugares e olhares sobre seu consumo* (pp. 27-48). Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA.

MacRae, E. (2004). *Redução de danos para o uso da Cannabis*. Trabalho apresentado ao Programa de Orientação e Apoio a Dependentes de Drogas (PROAD), Escola Paulista de Medicina / Unifesp, São Paulo. Disponível em: [http://www.neip.info/downloads/t\\_edw4.pdf](http://www.neip.info/downloads/t_edw4.pdf).

MacRae, E. & Simões, J. A. (2000). *Rodas de Fumo: O uso da maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador: EDUFBA.

McKenna, D. J. (2002). Ayahuasca: uma história etnofarmacológica. Em R. Metzner (Org.), *Ayahuasca: alucinógenos, consciência e o espírito da natureza* (pp. 172-194). Rio de Janeiro: Gryphus.

Metzner, R. (2002). Introdução: o cipó amazônico das visões. Em R. Metzner (Org.), *Ayahuasca: alucinógenos, consciência e o espírito da natureza* (pp. 1-42). Rio de Janeiro: Gryphus.

Samorini, G. (1999). Nuevas fronteras de la etnomicología. Em J. M<sup>a</sup>. Fericgla (Ed.), *Los enteógenos y la ciencia*. (pp. 49-80). Barcelona: Los Libros de la Liebre de Marzo, S.L.

Samorini, G. (2002). *Animals and Psychedelics: The Natural World and the Instinct to Alter Consciousness*. Rochester, Vermont: Park Street Press.

Schultes, R. E. & Hofmann, A. (2000). *Plantas de los dioses*. México: Fondo de Cultura Económica.

Secretaria Nacional Antidrogas (2004). *Glossário de álcool e drogas*. Brasil: Bertolote, J. M.

Shepard, G. H. (2005). Venenos divinos: plantas psicoativas dos Machiguenga do Peru. Em B. C. Labate & S. L. Goulart (Orgs.), *O uso ritual das plantas de poder* (pp. 187-217). Campinas: Mercado de Letras.

Strassman, R. J. (2001). *DMT: the spirit molecule*. Vermont: Park Street Press.

Wright, R. M. (2005). Profetas do pariká e caapi. Em B. C. Labate & S. L. Goulart (Orgs.), *O uso ritual das plantas de poder* (pp. 83-115). Campinas: Mercado de Letras.